

## A REALIDADE DA CULTURA de Regis de Moraes

Isabela Comparoni  
Com contribuições dos grupos e do professor

A abordagem de Regis de Moraes desenvolvida no livro *A Filosofia da Cultura* focaliza a construção do conceito de cultura, considerando a evolução de seus sentidos ao longo do tempo. O autor define como cultura a primeira herança que uma criança recebe ao nascer, com o conjunto de linguagens, formas, costumes, sistemas relacionais e instituições. De acordo com o antropólogo Clyde Kluckhohn, a cultura conceitua-se como “[...] um dos fatores importantes que nos permitem viver juntos numa sociedade organizada, fornecendo-nos soluções prontas aos nossos problemas, ajudando-nos a prever o comportamento dos outros e permitindo que os outros saibam o que esperar de nós”.

Contudo, destaca-se que nem toda cultura herdada por um indivíduo não será necessariamente mantida por ele, já que prevalece a capacidade humana de transformação. Toda herança cultural foi antes construída por seres humanos e transferida a seus sucessores, que por sua vez têm possibilidade de modificar ou melhorar os atributos culturais a eles transmitidos. O autor frisa que “essa é a razão pela qual sempre se costuma lembrar que o homem é pai das suas obras e, ao mesmo tempo, é filho delas”.

Logo, é possível defender que a vida cultural seja como uma relação dialética estabelecida no contraponto entre a liberdade do indivíduo como agente e o condicionamento sofrido pelo indivíduo que é paciente. De acordo com Regis de Moraes, a cultura é a síntese dos pensamentos e ações individuais, integrando o particular de cada indivíduo para dar origem a uma realidade mais ampla e peculiar.

Tratando da evolução do conceito de cultura, o autor desenvolve uma segunda análise relembrando mudanças históricas. Esta análise pode ser complementada com o estudo de John Thompson sobre esta evolução. Regis de Moraes lembra que, na Antiguidade romana, a cultura era um adjetivo, um vocábulo que compunha diferentes conceitos, sem força substantiva. No contexto medieval, o vocábulo estava ligado aos privilégios das classes ligadas à educação. Mais tarde no contexto renascentista, cultura apontava para o conhecimento do passado “clássico”, ligado à preocupação do bem falar e do bem escrever. No contexto enciclopedista, cultura se associava à ambição de conhecer tudo. Até aqui, trata-se de conceituações clássicas de cultura, tal como define Thompson. Assim, cultura seria um atributo de poucos privilegiados com acesso à arte e à ciência.

O debate sobre a diferença entre cultura e civilização passa a ser recorrente na período de emergência da antropologia. É importante ressaltar que, durante este período, com as ideias de progresso graças às ciências, há uma divisão do mundo entre países cultos e incultos, ou civilizados e incivilizados. Neste contexto, o evolucionismo ajusta a Teoria de Darwin para o campo social. Na ótica evolucionista, as sociedades humanas se desenvolveriam de um modo progressivo. Desta forma, haveria uma evolução por etapas, sendo a Europa considerada a civilização mais avançada. Atualmente, cada vez mais o relativismo cultural é assumido pela antropologia, reconhecendo as diversas formas de expressão cultural.

De toda maneira, o evolucionismo apresenta, como sugere Thompson, uma conceituação antropológica descritiva de cultura. De fato, com a antropologia, o conceito de cultura perde, aos poucos, a forte visão eurocêntrica, mesmo que o evolucionismo considere que as condições culturais de uma sociedade seriam estágios de um desenvolvimento ou evolução da humanidade, no qual a sociedade europeia estaria no topo. Porém aqui de toda forma, todos os povos têm cultura.<sup>1</sup>

Foi com Edward Tylor, que surgiu o primeiro conceito científico de cultura, em 1871. O autor afirma que “cultura ou civilização, tomado em seu sentido etnográfico lato, é aquele todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, lei, costumes, assim como todas as capacidades e hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade”, o que pode ser sintetizado num sentido claro de cultura: é parte do ambiente feita pelo homem”. Ou seja, absolutamente tudo que nasceu do mundo da inteligência, da intencionalidade e da habilidade do ser humano se objetiva em algo que é cultura.

O autor também insiste sobre a ideia de um **plenamente humano**. Trata-se da capacidade dos seres humanos de raciocinar, interpretar e questionar. Assim, a criação de símbolos e significados, originando e mudando a cultura pode ser pensada como forma de alcançar a plenitude humana.

A necessidade da cultura remete às fundamentais necessidades do homem enquanto ser humano, o que se associa a princípios radicados na animalidade e na capacidade de simbolização desse “animal simbólico”. No caso de seres “irracionais”, a organização em sociedade, como em populações de abelhas e cupins, por exemplo, ocorre por mera fatalidade biológica: são seres geneticamente especializados para a vida social. No caso dos seres humanos, é necessário um processo educador para ser adestrado, socializado, uma vez que seus aparatos genéticos estão situados em um complexo de virtualidades fortemente variáveis de acordo com o meio. No caso dos seres humanos, há necessidade de um aprendizado para a vida social. Assim, é pertinente pensar na dependência humana das relações sociais, para aprender e desenvolver conhecimento. A ideia de plenamente humano se associa ao desenvolvimento de sua criatividade. Nessa perspectiva, sociedades mais democráticas e tolerantes com as diferenças constituiriam ambientes mais favoráveis à “plenitude humana”.

Em sua linha de reflexão, o autor considera que a falta de especialização genética dos seres humanos é amplamente compensada pela inteligência e criatividade, que outras espécies não possuem. Somos levados a considerar, então, que o ser humano é, por natureza, incapaz de viver de outra forma se não em sociedade pois imaginá-lo como um indivíduo capaz de viver isolado implica em dissociá-lo de sua essência. Para o homem, comportamento e sobrevivência dependem essencialmente de seu convívio com indivíduos da mesma espécie. Trata-se assim da explicação central para a grande potencialidade do ser humano.

Regis de Moraes destaca, ainda, a linha de pensamento do antropólogo Malinowski, relida por Darcy Ribeiro que conceitua cultura como: “a herança social de uma comunidade humana, representada pelo acervo co-participado de modos padronizados de adaptação à natureza para o provimento da subsistência, de normas e instituições reguladoras das relações sociais e de corpos de saber, de valores e de crenças com que seus membros explicam sua experiência, exprimem sua criatividade artística e a motivam para a ação”. Há três sistemas que conceituam a cultura nesta linha: 1. adaptativo, que aborda as adequações entre homem e natureza e foca a ques-

---

<sup>1</sup> John Thompson considera nesta evolução outra abordagem antropológica descritiva de cultura, aquela funcionalista. Nascida entre 1930 e 1940, tal corrente considera que os fenômenos culturais podem ser analisados a partir das necessidades humanas. Além destas conceituações, Thompson define ainda uma concepção antropológica simbólica de cultura, associada à interpretação dos significados das diferentes manifestações humanas e uma concepção antropológica estrutural de cultura, com ênfase nos contextos sociais nos quais os fenômenos culturais estão inseridos.

tão da sobrevivência; 2. associativo, que se interessa pelas relações subjetivas e pelas organizações da vida humana e; 3. ideológico, que aborda a expressividade do homem em produções religiosas, artísticas, filosóficas e científico-tecnológicas.

Ao analisar aspectos cotidianos, observa-se que “a cultura é uma completa rede de signos densos e significados”. Desde objetos de uso cotidiano, as expressões religiosas ou artísticas ou mesmo o que fazemos para que nos mantenhamos vivos exprimem os valores não apenas pessoais, mas também culturais. Assim, apresenta o autor que o grande arranjo cultural tal como se apresenta não é um amontoado disparates onde uma parte não diz respeito a outra. Ao contrário, a cultura é uma organização sempre dotada de sentido. Além do sentido existente nesta organização, muitos significados interagem com os elementos que participam de uma estrutura. Desta forma, uma liberdade redescoberta possibilita ao homem acrescentar sentido, na medida em que interpreta o contexto cultural.

Como conclusão, o autor menciona que “o homem cria cultura, primeiro porque tem necessidade disto; depois porque descobre as possibilidades que tem de ultrapassar os escravizantes limites da necessidade. Inventa uma ponta de pedra lascada para caçar, porque tem um tipo de fome; e inventa o canto lírico, porque tem outro tipo de fome cujo alimento descobre que pode alcançar.” A cultura, então, possui uma rede de densos de significados que lhe dão sentido. A circulação de sentido resulta em uma relação de constante oposição entre valor e valoração. E desse modo se constitui uma “forma de viver“ que traz ao mesmo tempo características estáveis e outras suscetíveis a mutações. A cultura é uma continuidade de transformações, mas também é uma necessidade humana.

Em suma, a cultura é necessária para a vida humana, sua herança propicia a vida em conjunto. A herança cultural<sup>2</sup> que nos permite acesso à linguagem, costumes e valores com os quais interagimos na sociedade. Graças à inteligência e criatividade, o homem está em posição de se desenvolver intelectualmente, sendo capaz de modificar a sociedade visando maior bem estar. É esta capacidade de criar que pode ser associada à plenificação humana.

#### Referências:

PINHEIRO, Marta (1994), “Comportamento humano: interação entre genes e ambiente”, *Educar em revista* n° 10, Curitiba: UFPR.

THOMPSON, John (1995), *Ideologia e cultura moderna*, Petrópolis: Editora Vozes.

---

<sup>2</sup> O ser humano não pode mudar sua herança genética da mesma maneira que pode mudar sua herança cultural. Existem duas correntes de pensamentos que passaram por um embate histórico para discorrer sobre os lugares da herança cultural e biológica no homem: a ambientalista e a nativista. A premissa da abordagem ambientalista é que o ambiente é o principal responsável pela formação das características básicas do homem, especialmente de sua capacidade intelectual. A posição nativista, no seu extremo, considera que as características básicas do homem (sua inteligência, personalidade, traços físicos etc.) já estão formadas, "prontas" ao nascimento, devido à sua herança biológica (PINHEIRO. 1994).